

Dinâmicas territoriais na região de Santa Cruz do Sul – RS

Mizael Dornelles

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

Resumo

A partir do entendimento do território enquanto uma realidade complexa e dinâmica que pressupõe a junção da materialidade e da vida social temos o objetivo de discutir, neste texto, a dinâmica territorial da Região de Santa Cruz do Sul. A Região foi definida como resultado de um processo de regionalização, com base nas obras de Corrêa (2000), Lencione (1999) e Limonad (2004). Através da apresentação de algumas características relevantes do território regional as dinâmicas territoriais tornam-se salientes adiantando elementos para análise da realidade do território regional.

Palavras Chave: Dinâmicas territoriais; Região; Região de Santa Cruz do Sul.

Introdução

O debate acerca da noção de território coloca em evidência diferentes visões que oscilam desde uma configuração estática, até um olhar enquanto realidade complexa e dinâmica. Assim, temos um primeiro esclarecimento a fazer, sobre a noção de território, no texto que segue.

Tratamos o território como território usado e não o território em si. Conforme Santos (1999, p. 8) “O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Onde território é também fundamento do trabalho, lugar da residência, de trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999). Silveira (2010, p. 74), lembra que, “O espaço geográfico, sinônimo de território usado, pode ser considerado como a junção de materialidade e vida social”, onde o território é usado com objetos e ações. Portanto, território é mais do que o espaço social, já que contém

materialidade, e mais do que o espaço físico, porque inclui a ação. Isto, em tempos de globalização, provoca bruscas mudanças de funções no território que significam ao mesmo tempo transformações nas regiões. Portanto a região deve ser entendida como um conceito dinâmico onde há “[...] a necessidade de abandonar as abordagens mais preocupadas com os limites e adotar aquelas mais orientadas a entender os processos” (SILVEIRA, 2010, p. 75).

No entanto, quando indicamos o território de determinada região, necessitamos delimitar fronteiras territoriais, no intuito de alcançar o objetivo que propomos discutir com este texto: a dinâmica do território da região de Santa Cruz do Sul. Região que considera o processo de regionalização e as territorialidades presentes, onde o território usado não é somente produto e reflexo de relações sociais, mas também força que reproduz estas relações. O território, no longo de de seus usos é condicionado e condicionante das relações sociais que o cercam.

A leitura que fazemos da dinâmica territorial da região de Santa Cruz do Sul passa por considerações sobre a formação históricas dos locais, definidos política e administrativamente pelos municípios, que constituem a Região, bem como aspectos populacionais e produtivos. Também foram realizadas algumas inferências relativas às redes e fluxos deste território que possibilitam um olhar diferenciado da Região.

A região de Santa Cruz do Sul

A região de Santa Cruz do Sul está definida a partir do entendimento do processo de regionalização com base em Corrêa (2000), Lencione (1999) e Limonad (2004). Entendemos que uma regionalização que configurou uma região, não a torna imutável. Este processo está vinculado a práticas históricas que são localizáveis e situadas geograficamente. Isto é, uma região que resulta de um processo de regionalização, mostra-se como importante categoria de análise para uma realidade particular de um sistema universal.

Para Corrêa (2000) a região pode ser considerada como uma entidade concreta que resulta de múltiplas determinações. Caracterizada por uma natureza já transformada, que apresenta heranças culturais e materiais em uma estrutura social e nos seus conflitos. Onde a sua diversidade faz parte de uma totalidade por meio de uma articulação ao mesmo tempo

funcional e espacial. Trata-se da realização de um processo geral em um quadro territorial menor, onde se combinam o geral e o particular além de disposições efetivadas e elementos de diferenciação (CORRÊA, 2000).

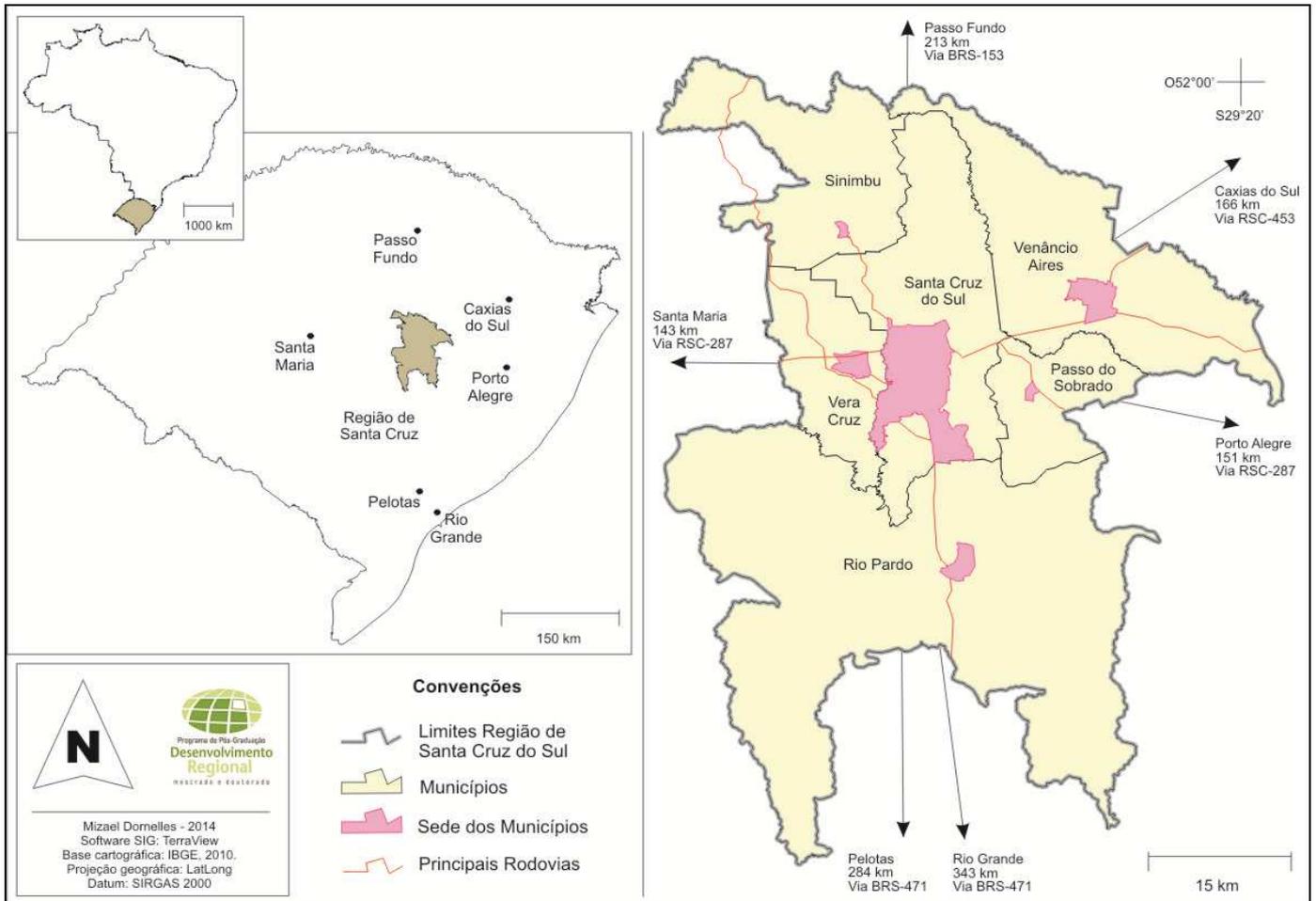
Lencione (1999), atesta um conceito de região necessário e pertinente, como uma instância particular de análise que se situa entre o local e o global. E sinaliza para a relevância da região na compreensão do recorte espacial enquanto categoria de análise da geografia.

De acordo com Limonad (2004, p. 58), “As regionalizações possíveis para um mesmo território, espaço social, podem apresentar variações em função da finalidade que se propõem a atender [...]”. Em outras palavras, pode tanto fundamentar uma reflexão teórica, como atender necessidades impostas por uma política setorial, de planejamento. Porém há de se considerar que na delimitação, a partir de coordenadas geográficas precisas, a região é produto do pensamento social, das práticas hegemônicas e contra-hegemônicas. Trata-se de uma representação e parte de uma construção social do território. (LIMONAD, 2004).

A opção da delimitação da região de Santa Cruz do Sul tem como base os limites políticos e administrativos dos municípios ao entorno de Santa Cruz do Sul. Está vinculada a um entendimento de representação de um território ocupado e marcado historicamente por imigrantes oriundos da Alemanha, que imprimiram transformações através de usos determinados.



Mapa 1. Região de Santa Cruz do Sul: localização



Fonte: Elaborado pelo autor.

O mapa 1 procura ilustrar a localização da Região de Santa Cruz do Sul, dos municípios e de suas sedes, de acordo com a base territorial do IBGE (2010). Outrossim, mostra a posição central e estratégica no estado do Rio Grande do Sul, bem como as distâncias a partir do centro da sede do município de Santa Cruz do Sul, segundo vias rodoviárias, para importantes centros econômicos do Estado.

Aspectos históricos

A ocupação do território na região por imigrantes naturais da Alemanha tem início no núcleo colonial de Santa Cruz do Sul. A colônia foi criada pelo governo da província, em 1849, em um contexto que contava: por um lado com a chegada de imigrantes de uma Alemanha tardiamente unificada e industrializada; e por outro lado com governos imperial e provincial procurando medidas legais para superar uma crise da escravatura¹ e promover ao mesmo tempo o desenvolvimento da agricultura com mão-de-obra livre e o povoamento efetivo do território gaúcho. (SILVEIRA, 2003)

De acordo com Karnopp e Mirion (1995), a colonização alemã de Santa Cruz do Sul ocorreu no decurso de um processo de expansão da economia de mercado. Onde em um primeiro momento há a instalação da colônia e posteriormente o sistema de produção colonial passa a ser dominado economicamente por centros de mercado mais desenvolvidos que possibilitam uma significativa expansão da produção local.

A povoação da sede da colônia de Santa Cruz do Sul foi fundada em 1855 no âmbito de apoiar a produção rural com atividades comerciais e de serviço. O povoado cresceu rapidamente e logo, em 1859, foi elevada a categoria de freguesia. A diversificação das atividades agrícolas possibilitou transações comerciais em maior escala e o reconhecimento da categoria de vila em 1878, juntamente com a emancipação política de Rio Pardo. Trata-se de um importante período para o desenvolvimento econômico local, uma vez que, o 'núcleo urbano' passa de uma povoação, em menos de vinte anos, para a categoria de vila, agregando a função de apoio as atividades rurais, entreposto comercial e centro administrativo. (WINK, 2002)

Karnopp e Mirion (1995, p. 29) lembram que, "A imigração, enquanto fixação do pequeno produtor familiar, [...] ocorreu apenas em áreas não ocupadas pelo latifúndio, no século XIX e início do século XX." Os primeiros imigrantes de origem alemã, da região, ocuparam as áreas de floresta desprezadas pelos fazendeiros do período. Estas áreas eram consideradas inadequadas para a produção de gado, em detrimento das áreas de campo. Assim, o primeiro período (1849-1859) da economia local caracteriza-se pela distribuição de

¹ Refere-se às discussões e acontecimentos que levaram a aprovação da "Lei Eusébio de Queiróz", extinguindo o tráfico negreiro na Brasil.

lotes aos colonos e desmatamento da floresta para início de uma agricultura de subsistência. Já o período subsequente (1860-1881), pode ser considerado como de estruturação da economia local, onde cada vez maior a divisão da produção para subsistência e para o mercado. (KARNOPP e MIRION, 1995).

A partir do início do século XX, o processo de urbanização de Santa Cruz do Sul recebeu um forte estímulo incentivado por uma progressiva industrialização centrada principalmente na agroindústria fumageira. Nas décadas seguintes, muitas mudanças econômicas se processaram entre fases de crescimento e recessão. O início da internacionalização do setor agroindustrial fumageiro, em meados da década de 1960, promoveu transformações significativas quanto às relações de produção, bem como sobre a própria estruturação física da cidade. Isto é, além de facilidades geradas pela implantação de uma moderna infraestrutura, também estimulou a migração rural-urbana e a consequente expansão de bairros operários da periferia. (WINK, 2002)

O terceiro período (1882-1917) foi fortemente marcado pela produção e exportação de tabaco, mecanização do processo produtivo, ainda que de forma incipiente e início da industrialização. No quarto período (1918-1965) o município apresentava uma produção agrícola e industrial em expansão e um incremento nos serviços e equipamentos urbanos, mas ainda com o predomínio de unidades de produção artesanal organizadas a partir de relações coloniais dominada pelas poucas unidades de produção capitalista. Um quinto período (a partir de 1966), que em linhas gerais estende-se até os dias atuais, traz junto com o processo de desnacionalização da indústria do tabaco a consolidação de Santa Cruz do Sul enquanto pólo regional, reconhecido internacionalmente pela especialização no processamento do tabaco em folha (KARNOPP e MIRION, 1995; SILVEIRA, 2003; WINK, 2002).

Cabe salientar que a posição central de Santa Cruz do Sul foi estrategicamente importante para o desenvolvimento do município desde as primeiras atividades até o final dos anos sessenta, período que marca a instalação, o funcionamento e a consolidação das principais corporações internacionais de tabaco em Santa Cruz do Sul. No período atual, o espaço urbano local configura um dos mais importantes centros de processamento industrial do tabaco em escala mundial (SILVEIRA, 2003; WINK, 2002).

O território do município de Venâncio Aires tem a formação de seu núcleo colonial, posterior a Santa Cruz do Sul, a partir de 1853, quando donos de sesmarias passaram a

lotear as terras, transformando-as em colônias exploradas por imigrantes alemães e uma pequena parcela de italianos e seus descendentes. Estas terras eram ocupadas primeiramente por luso-brasileiros, seus escravos e agregados com atividades como a pecuária extensiva, extrativismo de madeira e erva-mate e a produção agrícola para a subsistência. A produção agrícola das famílias imigrantes era diversificada, o que possibilitou uma ascensão a categoria de vila, já com o nome de Venâncio Aires, em 1891, ano também que foi instalado o município com autonomia político e administrativa (VOGT, 2004; MOURA, 2009).

No ano de 1854, com autorização do governo provincial, foram instalados os primeiros imigrantes provenientes da Alemanha, onde hoje é o município de Vera Cruz, na localidade de Dona Josefa. Em 1858 foi criado o povoado de Vila Tereza, onde hoje situa-se a sede do município e em 1889 sendo reconhecida a freguesia de Vera Cruz, subordinada ao município de Santa Cruz do Sul. O desenvolvimento do povoado deve-se, predominantemente, a proximidade e fácil acesso ao núcleo colonial de Santa Cruz do Sul. No entanto, a instalação do município ocorreu somente em 1959. (IBGE, 2014e)

Sinimbu, outro município de colonização alemã na região tem em 1857 a instalação dos primeiros imigrantes, onde hoje fica o centro da cidade. O distrito de Sinimbu, subordinado ao município de Santa Cruz do Sul, foi criado em 1923, somente emancipando-se, a categoria de município, em 1992. (IBGE, 2014d).

Nos municípios de Passo do Sobrado e Rio Pardo não ocorreu imigração alemã que originou cidades e vilas como nos outros municípios da Região. O atual município de Passo do Sobrado foi ocupado primeiramente por portugueses, seus descendentes e escravos, procedentes de Rio Pardo, no início do século XIX. O local servia como ponto de pernoite e descanso de tropeiros. Devido a proximidade das colônias alemãs logo passou a ser ocupado também pelos alemães e seus descendentes. Em 1898 foi criado o distrito de Couto (que em 1938 foi denominado de Passo do Sobrado), vinculado ao município de Rio Pardo. Emancipou-se em 1992. (IBGE, 2013 e 2014c)

Rio Pardo, ao lado de Porto Alegre, Rio Grande e Santo Antônio da Patrulha, é um dos quatro primeiros municípios do Rio Grande do Sul. A partir das sesmarias e dos núcleos açorianos do Estado, foi inaugurada uma primeira divisão do território em áreas administrativas em 1809 com a criação destes quatro municípios. Em síntese, o povoado de Rio Pardo tem origem militar, que se desenvolveu no entorno do forte “Jesus, Maria, José do

Rio Pardo” (construído em 1752²), com importante contribuição na constituição do território do Rio Grande do Sul diante dos espanhóis. Povoador desde 1715, os primeiros açorianos chegaram depois da construção do forte e foram responsáveis pelo estabelecimento de plantações e fazendas criatórias, que sustentaram a economia e a sociedade regional. No século XIX, Rio Pardo era considerado um importante centro de produção agrícola e seu porto fluvial, junto ao Rio Jacuí, um movimentado entreposto comercial. Do final do século 18 ao início do século 19, foi um dos núcleos mais importantes da então Capitania do Rio Grande do Sul (IBGE, 2013 e VOGT, 2010). Atualmente apresenta muitas limitações socioeconômicas, que são atribuídas a sua ocupação e apropriação do território no período anterior a colonização Alemã. Rio Pardo exibe características que divergem bastante dos outros municípios da Região, a medida que Passo do Sobrado coloca-se como um intermediário com uma forte presença de descendentes dos imigrantes naturais da Alemanha.

Aspectos gerais

Em linhas gerais, a região de Santa Cruz do Sul apresentava em 2014a, segundo o IBGE, uma população estimada em 276.033, em uma área territorial de 4.642,088 Km² que resulta em uma densidade demográfica de 64,16 hab/km². Entretanto, a maior parte da população está concentrada na área urbana, notadamente, na sede dos municípios, 71,91%. A tabela 1 mostra a população total dos municípios e da região, a população rural e urbana e também a taxa de crescimento populacional entre 2000 e 2010.

Tabela 1. Região de Santa Cruz do Sul: população total

Un. Territorial	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Sede	Pop. Rural	Tx. Crescimento Pop. 2000-2010
Passo do Sobrado	6.011	1.429 23.77%	1.429	4.582 76.23%	7.99%
Rio Pardo	37.591	25.614 68.14%	24.226	11.977 31.86%	-0.51%
Santa Cruz do Sul	118.374	105.190 88.86%	102.414	13.184 11.14%	9.98%
Sinimbu	10.068	1.437 14.27%	1.437	8.631 85.73%	-1.39%
Venâncio Aires	65.946	41.400 62.78%	39.274	24.546 37.22%	7.70%
Vera Cruz	23.983	13.320 55.54%	13.320	10.663 44.46%	12.60%
Região	261.973	188.390 71.91%	182.100	73.583 28.09%	6.06%

Fonte: IBGE, 2010. Organizado pelo autor.

² Construído com o intuito de ser a fortificação mais a oeste na chamada Guerra Guaranítica, que ocorreu entre 1753-1756 (VOGT, 2010).

Conforme a Tabela 1, entre 2000 e 2010, as populações dos municípios de Rio Pardo e Sinimbu apresentaram uma taxa de crescimento negativa. Não obstante, a população da Região aumentou no período.

No que diz respeito à estrutura etária da Região, a tabela 2 ilustra as variáveis agrupadas por idade (população jovem com menos de 15 anos, população adulta com idade de 15 a 64 anos e população idosa acima de 64 anos de idade). Podemos verificar, o aumento da população adulta e idosa em toda a região, bem como a diminuição da população de jovens entre os anos de 2000 e 2010.

Tabela 2. Região de Santa Cruz do Sul: estrutura etária da população (2000 e 2010)

Un. Territorial	Pop. Total		Pop. Jovens		Pop. Adultos		Pop. Idosos	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Passo do Sobrado	5.566	6.011	18.30%	15.16%	72.74%	75.74%	8.96%	9.10%
Rio Pardo	37.783	37.591	21.41%	17.50%	70.77%	72.71%	7.82%	9.79%
Santa Cruz do Sul	107.632	118.374	19.67%	15.67%	73.80%	76.86%	6.53%	7.47%
Sinimbu	10.210	10.068	20.34%	16.19%	71.33%	72.96%	8.32%	10.85%
Venâncio Aires	61.234	65.946	19.70%	16.01%	73.33%	75.37%	6.97%	8.62%
Vera Cruz	21.300	23.983	20.03%	16.88%	72.80%	75.32%	7.17%	7.80%
Região	243.725	261.973	19.91%	16.24%	72.46%	74.83%	7.63%	8.94%

Fonte: IBGE, 2010. Organizado pelo autor.

A razão de dependência da Região ou o percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa), teve uma redução entre os anos de 2000 e 2010 e passou de 49,76 para 42,90. A taxa de envelhecimento da população da região, calculada através da razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total teve um aumento de 8,47 para 10,43, no período entre 2000 e 2010 (PNUD, 2013).

Quanto à mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) ocorreu uma redução em todos os municípios da região, a média passou de 19,5 por mil nascidos vivos em 2000 para 12,9 por mil nascidos vivos em 2010. Importante salientar que o IDHM passou de 0,599 em 2000 para 0,707 em 2010 - uma taxa de crescimento de 18,03%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 26,75% entre 2000 e 2010 (PNUD, 2013).

Cabe ainda destacar, de acordo com o IBGE (2010), os movimentos diários, deslocamentos pendulares, relativo à ocupação e educação. Os deslocamentos por ocupação e educação de pessoas de 10 anos ou mais de idade, em 2010, ocorreram com maior intensidade que em 2000 na Região. Pode-se verificar que nos municípios de Vera Cruz (28,99%, do total da Região) e Rio Pardo (21,51%, do total da Região) ocorreu maior deslocamento por ocupação. Na educação, os municípios de Passo do Sobrado, Vera Cruz e Sinimbu se destacam, com significativos índices, acima dos 28% sobre o total de estudantes. Nestes deslocamentos, o município que polariza a atração regional é Santa Cruz do Sul. O movimento diário realizado pelos trabalhadores dos municípios da região e estudantes correspondia diretamente a 10.760 e 5.466 pessoas, respectivamente.

A educação de nível superior, presente somente em Santa Cruz do Sul, oferta significativo número de vagas em diversos cursos, inclusive em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Tais vagas são ocupadas por estudantes residentes no próprio município e de muitos outros vizinhos, da Região e fora, o que faz com que o município transforme-se num pólo regional educacional de significativa importância.

Sobre a ocupação, a Região apresentou uma maior concentração de População Economicamente Ativa³ (PEA) na área urbana, 69,65%. Destaque para Santa Cruz do Sul com 86,91% da PEA urbana no município. Os municípios de Sinimbu e Passo do Sobrado contavam, em 2010, com o predomínio da PEA na área rural, 86,99% e 80,39% do total do município, respectivamente. A População Economicamente Inativa (PEI) de Rio Pardo, também merece uma inferência, uma vez que representava o expressivo número de 47,48% da população do município. A PEI da região foi de 30,35% (IBGE, 2010).

Quando observamos os setores produtivos, a agricultura, em 2010, representa na região 25,68% das ocupações das pessoas com 10 anos ou mais de idade. Atividades como indústria e construção e comércio e serviços responderam a 19,34% e 42,10%, respectivamente. As atividades que não foram definidas são referentes a ocupação de 2,92% das pessoas na região. Vale salientar que do total ocupado na Agricultura, 48,60% apresentaram relação direta com o cultivo de tabaco. Na Indústria e construção, 41,98% estavam ocupados com o Processamento industrial e fabricação dos produtos de tabaco (IBGE, 2010). A Taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população

³ De acordo com IBGE (1997), a PEA é composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa. A PEI, a população não considerada ativa.

economicamente ativa que estava desocupada), diminuiu na região, passou de 6,45% em 2000 para 2,71% em 2010 (PNUD, 2013).

Para Breitbach (2014) que propõe uma análise do perfil produtivo da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul-RS⁴, a região pode ser considerada em situação de vulnerabilidade, no que tange a sua evolução a longo prazo. Dois fatores são destacados em sequência, pela autora: primeiro, cerca de 85% da produção de tabaco em folha da microrregião é destinada ao mercado externo dominado por um pequeno número de grandes empresas; e segundo, o produto final tem seu uso vinculado a graves consequências para a saúde humana, originando diversas legislações de restrição de consumo.

Entretanto, Breitbach (2014, p. 50), insiste que, “[...] a dinâmica regional não está assentada exclusivamente no fumo, mas apresenta diversos ramos produtivos relativamente sólidos e promissores”. Através da metodologia de Almeida e Ribeiro (1991) citado por Breitbach (2014), a microrregião foi caracterizada como diversificada por apresentar pelo menos três gêneros produtivos com peso superior a 10% cada um e cuja soma não ultrapasse 60%.

Dada a importância que assume o tabaco em folha na Região de Santa Cruz do Sul, na indústria de transformação, cumpre explicitar que o processamento industrial do tabaco consiste em classificar, separar, picotar, desumidificar, separar em pedaços de lâminas e em talos, empacotar. São etapas realizadas no interior das unidades de processamento, situadas nos municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz. A fabricação de cigarros também se dá na Região, através de uma fábrica situada em Santa Cruz do Sul (SILVEIRA, 2003).

A produção da Indústria e Comércio e serviços, que correspondia segundo a FEEDADOS (2012, 2010 e 2007) a média de 37,92% e 53,48% do PIB⁵ da Região, tem sua concentração em Santa Cruz do Sul. O município participou com 57,11% no PIB Regional.

⁴ As Microrregiões Geográficas foram estabelecidas pelo IBGE a partir e para fins estatísticos. No caso da Microrregião de Santa Cruz do Sul, é formada por 16 municípios, a saber: Arroio do Tigre, Candelária, Estrela Velha, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Passa Sete, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires, Vera Cruz.

⁵ O “Produto Interno Bruto” tem como principal objetivo mensurar a atividade econômica de uma determinada região. Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços produzidos em uma determinada região (país, estado ou município), durante um período específico de tempo (ano, semestre, trimestre ou mês). Comumente é dividido em três setores: Agropecuária, Indústria e Comércio e serviços.

As ocupações que põem em evidência as empresas da região, devido ao maior número de pessoas, estão relacionadas ao município de Santa Cruz do Sul seguido por Venâncio Aires, que apresentam maior concentração de atividades: na Indústria de transformação; no Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; na Construção; Educação; Administração pública, defesa e seguridade social; e Serviços domésticos (IBGE, 2006). As principais empresas exportadoras da região também estão situadas nestes dois municípios, e estão notadamente relacionadas com a produção de tabaco em folha, conforme o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) do Brasil, em 2014, a Região sediava cerca de 40 empresas exportadoras de tabaco. Trata-se do maior centro de processamento de tabaco em folha do país.

O PIB *per capita* da região em 2010 foi de R\$ 29.360,21, o maior PIB *per capita* registrado em Santa Cruz do Sul (R\$ 39.901,00) e o menor em Sinimbu (R\$ 12.127,84). Já o valor do rendimento médio mensal da população com 10 anos ou mais de idade na região foi de 60,20% recebendo até três salários mínimos⁶. Outros 22,33% correspondiam as pessoas sem rendimento, ou que recebiam somente em benefícios. Isto é, 17,47% das pessoas com anos ou mais tinham um rendimento médio mensal acima de três salários mínimos na região, ou ainda, 0,59% da população tinham um rendimento acima de 20 salários (IBGE, 2010).

Segundo PNUD (2013), a proporção de pessoas pobres na região, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 18,22%, em 2000, para 7,80%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesse período pode ser descrita através do Índice de Gini⁷ que passou de 0,50, em 2000, para 0,47, em 2010. Podemos assim, verificar uma redução na região. O município de Passo do Sobrado foi o único que apresentou aumento de desigualdade (de 0,44 em 2000 para 0,47 em 2010).

Sobre a agropecuária, as culturas agrícolas predominantes, com maior quantidade produzida, na região de Santa Cruz do Sul dividem-se entre banana, erva-mate, laranja, tangerina e uva no que concerne às lavouras permanentes e arroz, tabaco, mandioca, milho

⁶ O salário mínimo utilizado como referência na época era de R\$ 510,00 (IBGE, 2010).

⁷ Este indicador é usado para medir o grau de concentração de renda. Aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar (PNUD, 2013).

e soja nas lavouras temporárias. Os municípios da Região, excluindo Rio Pardo, apresentaram maior produção temporária de tabaco, mandioca e milho, já Rio Pardo, arroz e soja. (IBGE-PAM, 2007, 2010 e 2013).

Na lavoura permanente, a erva-mate e a laranja são os destaques em quantidade produzida, sendo a primeira, produzida somente nos municípios de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. Nos anos de 2007, 2010 e 2013 (IBGE-PAM), os ganhos obtidos com a produção de erva-mate e laranja representaram 51,94% do montante das culturas permanentes da região. Em linhas gerais, a produção a partir das lavouras permanentes não auferem ganhos comparados as culturas temporárias (com rendimento 48 vezes maior no período). Isto é, os maiores ganhos podem ser verificados no alto valor da produção do tabaco em folha, sendo abruptamente superior às demais culturas. No conjunto dos anos 2007, 2010 e 2013 a arrecadação média com o tabaco em folha representou 60,04% do montante das culturas temporárias, somando R\$ 428.101 mil reais dos R\$ 713.038 mil reais arrecadados. Destacamos ainda que no interstício de 2007 a 2013 o crescimento da arrecadação no valor de produção do tabaco em folha saltou 49,06% dos R\$ 351.967 mil para R\$ 524.657 mil (IBGE-PAM, 2009 e 2010).

Quanto à pecuária, em relação ao efetivo de rebanhos, a Região conta com significativa quantidade de bovinos, suínos e aves. Este último representa a média de 70,61% do total de rebanho segundo os dados do IBGE-PPM para os anos de 2007, 2010 e 2013. Neste mesmo período, os bovinos representavam 19,82% e os suínos 6,68% do total de unidades de animais. O restante do efetivo se divide em menor número nos rebanhos de ovinos, caprinos, bubalinos, equinos e coelhos. O município de Rio Pardo foi o único que apresentou maior efetivo bovino registrado que de aves, 50,02% do total da região na média de 2007, 2010 e 2012. Como reflexo da grande porcentagem de aves e bovinos na Região, a produção de origem animal se destaca com o leite e ovos de galinha que representaram, conforme IBGE-PPM (2007, 2010 e 2013), a quantia média de R\$ 27.500 mil reais dos R\$ 28.164 mil reais arrecadados (97,65%).

Neste cenário, muitas questões relativas da produção agropecuária podem ser diretamente relacionadas com a estrutura fundiária da Região, que apresentou pequenos aumentos no número e na área dos estabelecimentos agropecuários entre 1995 e 2006, de acordo com IBGE (1995 e 2006). Mas cabe salientar que apesar do crescimento, o mesmo ainda é paulatino, visto que o número de estabelecimentos cresceu em apenas 1,44% e a

área total em 2,64%, neste interstício de 11 anos. Os municípios de Sinimbu e Venâncio Aires apresentaram decréscimo de em número e área, conforme tabela 3.

Tabela 3. Região de Santa Cruz do Sul: evolução da estrutura fundiária

		Passo do Sobrado	Rio Pardo	Santa Cruz do Sul	Sinimbu	Venâncio Aires	Vera Cruz	Região
Nº estab. agro. (un)	1995	1.068	3.001	3.128	2.259	5.412	1.717	16.585
	2006	1.241	3.574	3.260	1.858	5.046	1.845	16.824
Área estab. agro. (ha)	1995	14.970	171.402	49.399	48.446	59.984	22.092	366.293
	2006	24.298	175.159	48.370	48.147	59.719	20.284	375.977
Menos de 10 ha	1995	630	1794	1130	630	3.304	943	8.431
	2006	763	2164	1331	465	2978	1132	8.833
10 a menos de 50 ha	1995	403	772	1.935	1480	2.005	730	7.325
	2006	409	919	1.812	1207	1.814	626	6787
50 ha e mais	1995	35	435	63	124	90	42	789
	2006	59	452	65	96	56	41	769
Sem declaração	1995	-	-	-	25	13	2	40
	2006	10	39	52	90	198	46	435

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995 e 2006. Organizado pelo autor.

Ainda sobre a estrutura fundiária municipal, podemos observar que o tamanho médio das propriedades da Região apresentou um aumento muito pequeno no período de 1995 (22,09 ha) para 2006 (22,35 ha). Quando observadas as classes de área, 51,67% dos estabelecimentos agropecuários em 1995 e 2006 estão na classe de Menos 10 ha, e 93,91% com menos de 50 ha (Tabela 3). Destacamos ainda que estes estabelecimentos representavam 48,72% da área total, o que ilustra uma concentração de terra na Região. Os 6,09% estabelecimentos com mais de 50 ha existentes na Região, ocupam 51,28% da área total dos estabelecimentos. Cabe ainda, destacar que a maior parte desses estabelecimentos é dos próprios produtores. Esta situação em que os produtores são proprietários das terras representa 81,03% da condição geral em que se apresenta a estrutura fundiária da Região de Santa Cruz do Sul (IBGE, 1995 e 2006).

Embora a Região apresente um predomínio de estabelecimentos agropecuários até 50 ha, existe concentração de terras entre os estabelecimentos com mais de 50 ha e o município de Rio Pardo destoa dos demais, com a maior concentração de terras da região 85,64% para 4,02% dos estabelecimentos. Esta significativa concentração de terras esclarece a considerável presença de commodities agrícolas tradicionais que exigem grandes lavouras, como arroz e soja e também o representativo número de bovinos no município (IBGE, 1995 e 2006).

Neste perspectiva, vale lembrar Ramos (2001), quando aponta estudos recentes que procuram relacionar estrutura fundiária e desenvolvimento, e, afirma que “[...] se reconhece hoje amplamente as vantagens sociais de uma estrutura fundiária não-concentrada ou de uma exploração de terras por famílias de trabalhadores/proprietários” (p.149). Os estudos assinalados por Ramos também revelam a desigualdade fundiária como condicionante de uma estrutura socioeconômica (e conseqüentemente de problemas sociais). Isto é, quanto maior for a distribuição e o acesso a terra, maior será o lucro por hectare e a renda por família. Assim, há que se considerar que muitas das carências da Região, passam pelo problema da distribuição de terras.

Redes e fluxos do território

Outro aspecto importante a ser considerado, no que diz respeito à dinâmica territorial da região trata da visão sobre as ‘redes e fluxos do território’. Tema este que constitui uma linha de investigação permanente do IBGE com o objetivo de analisar relacionamentos e ligações entre cidades brasileiras, bem como sua acessibilidade e a configuração espacial de suas trocas de ordem material e imaterial. Apontamos, assim, como referência indispensável os estudos “Regiões de Influência das Cidades”, IBGE-REGIC (2008) e “Gestão do território” IBGE (2014b).

Este primeiro estudo das regiões de influência das cidades corresponde a uma atualização em continuidade a uma tradicional linha de pesquisa do IBGE que trata da hierarquia da rede urbana brasileira⁸. Mostra-se como significativo na definição mais recente apresentada para a hierarquia dos centros urbanos e também para a delimitação das regiões de influência a eles associadas a partir de aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços. Vale salientar que foram utilizados dados de pesquisa específica e, secundariamente, dados de outros levantamentos também efetuados pelo IBGE, bem como registros provenientes de órgãos públicos e de empresas privadas. Os resultados das classificações oferecem uma visão geral dos fluxos relatados nos questionários da pesquisa.

A cidade de Santa Cruz do Sul-RS está classificada como “Centro Sub Regional A”. Os Centros sub-regionais correspondem a 169 centros, de atividades de gestão menos

⁸ O marco fundamental desta linha de pesquisa, remete ao estudo “Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas”, realizado, em 1966 com o objetivo de conhecer os relacionamentos entre as cidades brasileiras com base na análise dos fluxos de bens e serviços. (IBGE-REGIC, 2008).

complexas. Isto é, têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede ocorrem, principalmente, com as três metrópoles nacionais. Estão subdivididos em A e B. no caso de Santa Cruz do Sul, eram 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos. A região de influência detém 10 municípios (exclusive a região de influência de Venâncio Aires).

Venâncio Aires-RS, trata-se de um Centro de Zona A, ligado através de Santa Cruz a metrópole porto Alegre. Como Centro de Zona ficou definido um corte de 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata e exercem funções de gestão elementares. Subdivide-se em A e B, também. Venâncio Aires está na faixa das 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. Predominam os níveis 5 e 6 da gestão territorial (94 e 72 cidades, respectivamente), com nove cidades no quarto nível e 16 não classificadas como centros de gestão. Duas cidades compõem esta região de influência, além de Venâncio Aires.

Sinimbu foi considerado como Centro de Zona B, dentro das 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes⁹ e 16 relacionamentos. Com um grau de intensidade menor que o 'Centro de zona A', estas cidades apresentam importância regional, limitando-se as imediações/redondezas, exercendo funções elementares de gestão.

Vera Cruz, Rio Pardo¹⁰ e Passo do Sobrado foram consideradas com uma centralidade e atuação que não extrapolam os limites do município, servindo apenas aos seus habitantes. Esta classe tem população, em geral, inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8 133 habitantes).

Quando considerada a 'área de influência segundo temas específicos: agropecuária', Santa Cruz do Sul se iguala a metrópoles de terceiro nível como Porto Alegre, embora seja terceiro seu nível de gestão territorial, têm porte e projeção nacional que lhes garante inclusão neste conjunto de metrópole. Se considerado o item 'origem de insumos', iguala-se a São Paulo, grande metrópole nacional, alocada no primeiro nível da gestão territorial. No

⁹ Importante lembrar que a população total do município de Sinimbu foi de 10.315 habitantes e 1.361 vivendo na sede, em 2007, segundo a contagem da população realizada pelo IBGE (2006). Assim, a classificação esta relacionada, não a população, mas a funções elementares de gestão que entendemos como baixas ou nulas o que torna a posição deste município bastante questionável.

¹⁰ O município de Vera Cruz tinha uma população de 22.652 habitantes e 12.134 vivendo na sede, já Rio Pardo 37.408 no município com 25.702 na sede, de acordo com IBGE (2006). Como no caso de Sinimbu, não foi o total populacional que influenciou esta classificação.

entanto, tem que se considerar que Santa Cruz do Sul, não fabrica os insumos, mas repassa ao agricultores produtores de tabaco em folha, dentro do sistema integrado de produção¹¹.

Cabe ainda destacar que, o ‘destino da produção’ é caracterizado pelo predomínio da cultura do tabaco em folha através de um padrão de distribuição caracterizado, predominantemente, por uma distribuição da produção onde os produtos seguem direto para indústria de processamento, presentes em pontos específicos do território. A ‘origem dos insumos’, formam uma rede de maior complexidade na Região e envolvem sementes, adubos, fertilizantes, pesticidas, vacinas, equipamentos diversos, etc. Uma vez que, insumos compreendem elementos bem distintos entre si. Os fluxos são mais curtos, de pequenos e médios produtores rurais que se dirigem aos municípios a partir da Região.

O estudo sobre a gestão do território, IBGE (2014b) investiga as redes e fluxos do território nacional em uma de suas dimensões imateriais: os fluxos de gestão. Em linhas gerais o estudo procura compreender “[...] como as diferentes regiões e cidades se conectam através da gestão do território e quais são os centros que concentram a capacidade de comando e controle do País”. (IBGE, 2014b, p. 10). Para tanto, o lado do Estado foi representado pelas instituições públicas federais que possuem unidades espalhadas pelo território nacional para atender a população, levantar dados e informações e recolher tributos e o lado do Mercado, representado pelas empresas privadas multilocalizadas. As constatações finais indicaram que São Paulo-SP e Brasília-DF dividem o topo da centralidade das redes de gestão do país, devido a sólida presença de empresas privadas e instituições públicas federais, bem como, foi saliente a correspondência aproximada entre o tamanho demográfico das cidades e sua centralidade de gestão. Também ficam marcadas as diferenças de articulação territorial entre Estado e Mercado, nas quais o segmento público desempenha um importante papel, se fazendo presente nas regiões onde o segmento privado tem menos interesse de atuação.

A classe de centralidade de gestão do território do município de Santa Cruz do Sul foi quinto nível que corresponde a 84 municípios equivalentes a algumas capitais das regiões Norte e Nordeste, onde a presença da gestão pública ocorre fortemente, quando comparada

¹¹ No sistema integrado de produção de tabaco em folha os agricultores familiares produtores de tabaco, por meio de contrato com as empresas, comprometem-se em produzir o tabaco na quantidade e de acordo com determinadas especificações técnicas de qualidade, e a repassar as empresas sua produção em troca, as empresas garantem o fornecimento de insumos, assistência técnica, intermediação de financiamento junto aos bancos, do transporte do tabaco das propriedades rurais até as usinas ou postos de compra das empresas e da compra integral do tabaco (SILVEIRA; DORNELLES; FERRARI, 2012).

à atuação mais fraca do setor privado e outras tantas cidades médias espalhadas pelo país. Venâncio Aires foi classificado em sétimo nível, junto a outros 251 municípios. Entretanto, Rio Pardo, Passo do Sobrado, Sinimbu e Vera Cruz somam-se a maioria dos municípios brasileiros (60,4%), que não possuem entidades das instituições selecionadas ou não se conecta a estrutura de ligação das sedes e filiais de companhias, estando excluídos das bases de dados utilizadas.

Considerações finais

A região de Santa Cruz do Sul delimitada política e administrativamente por Santa Cruz do Sul e os municípios ao seu entorno tem sua história fortemente vinculada ao processamento industrial e a produção agrícola de tabaco, bem como a fabricação de cigarros. O município que mais diverge desta realidade é Rio Pardo, todavia, podemos verificar que muito dependente da centralidade de Santa Cruz do Sul.

A maioria da população da Região estava concentrada na área urbana, notadamente, na sede dos municípios. Também foi possível verificar o aumento da população adulta e idosa em toda Região, bem como, a diminuição da população de jovens, entre os anos de 2000 e 2010. Os indicadores mostram que a população está ficando mais velha, a razão de dependência diminuiu e a taxa de envelhecimento aumentou. O IDH, positivamente, aumentou em uma taxa de crescimento de 18,03%. E o município de Santa Cruz do Sul mostrou-se bastante atrativo para trabalhadores e estudantes, bem como um pólo regional educacional de significativa importância.

Existe uma forte concentração da PEA na área urbana, que responde pela maioria dos ocupados nas atividades como indústria e construção e comércio e serviços, sendo que a taxa de desocupação diminuiu na Região, entre 2000 e 2010.

A Região pode ser considerada em situação de vulnerabilidade produtiva devido à forte dependência do tabaco, mas esta hegemonia produtiva está diminuindo. O setor de Comércio e serviços, correspondia a 53,48% do PIB regional. Há uma grande concentração de renda na Região e em Santa Cruz do Sul. Todavia o índice de Gini diminuiu de 2000 para 2010, tal como a proporção de pessoas pobres na Região.

Sobre a produção agrícola, os valores da lavoura temporária registraram um resultado 48 vezes maior que da lavoura permanente com destaque para a produção de tabaco, milho, soja e arroz. Na produção agropecuária destaque para o efetivo de aves e o

efetivo bovino. O número e a área dos estabelecimentos agropecuários apresentaram pouca variação entre 1995 e 2006 e uma significativa concentração de terra, onde os 6,09% dos estabelecimentos possuem mais de 50 ha existentes na Região, ocupam 51,28% da área total dos estabelecimentos.

Por fim, na hierarquia das cidades, Santa Cruz do Sul, está classificada como “Centro Sub Regional A”. que apresentava atividades de gestão menos complexas. Mas, quando considerada a ‘área de influência segundo temas específicos: agropecuária’, Santa Cruz do Sul se iguala a metrópoles de terceiro nível e também a grande metrópole nacional, alocada no primeiro nível da gestão territorial. A classe de centralidade de gestão do território, do municípios de Santa Cruz do Sul, foi de quinto nível, que corresponde a 84 municípios equivalentes com certo grau de desenvolvimento que polarizam serviços públicos e privados.

Referências

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. A região de Santa Cruz do Sul e o fumo: panorama de uma "especialização" nociva. *Indicadores Econômicos*, FEE, Porto Alegre. v. 42, n. 1, 2014. p. 43-62. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/3341>>. Acesso em: 18 set. 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. 93 p. (Série Princípios ; 53) ISBN 85-08-01962-9

FEEDADOS. *Contabilidade Social*. Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos: 2012, 2010 e 2007. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!pesquisa=0>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

IBGE. *Censo Agropecuário 2006 e 1995*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. *Censo Demográfico 2010 e 2000*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RgaAdAgsn.asp>>. Acesso em: 19 abr. 2015.

_____. *Contagem da população*. 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=CM&z=t&o=25>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

_____. *Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2014a*. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/default.shtm>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

_____. *Gestão do território*: 2014b. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/redes_fluxos/gestao_do_territorio_2014/default.shtm>. Acesso em: 14 mai. 2015.

_____. *Indicadores sociais mínimo*: Conceitos. 1997. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

_____. *Malhas digitais*. Municípios 2010. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acesso em: 22 nov. 2012.

_____.-Cidades @. Rio Grande do Sul. Passo do Sobrado. *Histórico do município*. 2014c. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=431407&search=|passo-do-sobrado>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

_____.-Cidades @. Rio Grande do Sul. Rio Pardo. *Histórico do município*. 2013. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=_EN&codmun=431570&search=rio-grande-do-sul|rio-pardo|inphographics:-history>. Acesso em: 3 abr. 2015.

_____. Cidades @. Rio Grande do Sul. Sinimbu. *Histórico do município*. 2014d. Disponível em:
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=432067&search=rio-grande-do-sul|sinimbu|infograficos:-historico>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

_____. Cidades @. Rio Grande do Sul. Vera Cruz. *Histórico do município*. 2014e. Disponível em:
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=432270&search=rio-grande-do-sul|vera-cruz|infograficos:-historico>>. Acesso em: 3 abr. 2015.

IBGE-PAM. *Produção Agrícola Municipal*: 2007, 2010 e 2013. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=PA&z=t&o=11>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

IBGE-PPM. *Pesquisa Pecuária Municipal*: 2007, 2010, 2012 e 2013. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo9.asp?e=c&p=PP&z=t&o=24>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

IBGE-REGIC. *Regiões de influência das cidades*: 2007. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: 8 mai. 2015.

KARNOPP, Erica; MIORIN, Vera Maria Favila. A pequena produção familiar de hortifrutigranjeiros. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 2, p.27-49, 1995.

LENCIONE, Sandra. Região e geografia. A noção e região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 187-204. ISBN 85-7244-106-9

LIMONAD, Ester. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. *Brasil Século XXI: por uma nova regionalização*. São Paulo: Max Limonad, 2004. p.54-66. ISBN 8575490206

MOURA, Maria Zulmira Portella de. Venâncio Aires: buscando raízes. Venâncio Aires: AACEMUC, 2013. Disponível em:
<http://www.pmva.com.br/uploads/paginadinamica/17983/NUCVA_Buscando_Raizes_Livro_Aberto.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*: 2013. Perfil dos municípios: Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Venâncio Aires e Vera Cruz. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

RAMOS, Pedro. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). *Estudos Avuçados*. São Paulo, v. 15, n. 43, Dez. 2001. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300012>>. Acesso em: 22 jul. 2014.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, 1999, p. 7-13. Disponível em:



<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/2/2>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

SILVEIRA, Maria Laura. Região e globalização: pensando um esquema de análise. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, jan./abr 2010, p. 74-88. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1360>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

SILVEIRA, R. L. L.; DORNELLES, M.; FERRARI, S (2012). “Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil (1996-2006): características, mudanças e persistências na produção de tabaco e nos usos do território”. Em *Biblio3W: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 17, n. 987. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-987.htm>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Cidade, corporação e periferia urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. 242 p. ISBN 85-7578-021-2

VOGT, Olgário Paulo. História político administrativa de Venâncio Aires. p. 341-388. In: VOGT, Olgário Paulo (Org.). *Abrindo o baú de memórias: o Museu de Venâncio Aires conta a história do município*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. 461 p. ISBN 85-7578-070-0

VOGT, O. P.; ROMERO, M. R. Z. (Org.). *Uma luz para a história do Rio Grande: Rio Pardo 200 anos : cultura, arte e memória*. Santa Cruz do Sul: Gazeta Santa Cruz, 2010. 208 p. ISBN 978-85-63336-00-2

WINK, Ronaldo. *Santa Cruz do Sul: urbanização e desenvolvimento*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. 179 p. ISBN 85-7578-008-5